ERIS - Defesa e Segurança Internacional
ISSN 2764-9156
2025, VOL. 7, N. 1, p. 1 - p. 12
DOI: 10.5281/zenodo.16894655

A CÚPULA DO FUTURO DAS NAÇÕES UNIDAS: EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS

Patricia Capelini Borelli[1]
Patrícia Nogueira Rinaldi[2]
Roberta Silva Machado[3]
Rúbia Marcussi Pontes[4]

[1] Doutora em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas (UNICAMP/UNESP/PUC-SP) e Mestra em Estudos Estratégicos pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora de Relações Internacionais do Centro Universitário FACAMP. Pesquisadora do Grupo de Elaboração de Cenários e Estudos de Futuro da UNESP e membro da Coalizão para a Reforma da Carta da ONU. https://orcid.org/0000-0001-6438-3176.
[2] Doutora e Mestra em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora de Relações Internacionais do Centro Universitário FACAMP. Especialista da Rede de Conhecimento do Programa Harmonia com a Natureza da ONU, membro do projeto "Second United Nations Charter - Modernizing the UN for a New Generation" do Global Governance Forum e membro da Coalizão para a Reforma da Carta da ONU. https://orcid.org/0000-0001-5075-0836.
[3] Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e em Direito pela Universidad de Sevilla. Mestre em Direito Internacional e Relações Internacionais pela Universidad de Sevilla. Professora de Relações Internacionais do Centro Universitário FACAMP e membro da Coalizão para a Reforma da Carta da ONU. https://orcid.org/0000-0002-0800-3412.
[4] Doutoranda e Mestra em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora de Relações Internacionais do Centro Universitário FACAMP. Pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU) e membro da Coalizão para a Reforma da Carta da ONU. https://orcid.org/0000-0002-0230-0600.

ERIS - Defesa e Segurança Internacional
ISSN 2764-9156
2025, VOL. 7, N. 1, p. 1 - p. 12
DOI: 10.5281/zenodo.16894655

INTRODUÇÃO: A CÚPULA DO FUTURO E SUAS PROMESSAS

Em 2020, o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, esperava liderar um poderoso processo de consultas globais visando a renovação do multilateralismo, para comemorar os 75 anos da organização. Entretanto, assim como todos os grandes eventos daquele ano, a celebração teve que ser readaptada para o formato virtual devido ao contexto da pandemia de COVID-19, minimizando o impacto esperado pelo Secretário-Geral. Ainda assim, Guterres aproveitou a ocasião para apresentar sua estratégia global de reforma do sistema ONU no relatório "Nossa Agenda Comum" (*Our Common Agenda*), em 2021, no qual propôs a realização de "uma Cúpula do Futuro para forjar um novo consenso global sobre como o futuro deveria ser, e o que nós podemos fazer hoje para garanti-lo" (United Nations, 2021, p. 5, tradução nossa[5]).

O processo de negociação entre os Estados-membros para a adoção de uma resolução, definindo o escopo e o formato da possível Cúpula do Futuro, apresentou inúmeras dificuldades. Apesar de a resolução ter sido adotada por consenso em setembro de 2022, o G-77 e a China – grupo político dos países em desenvolvimento (PEDs) – declararam publicamente uma série de reservas em relação ao texto adotado, já que o acelerado processo de consultas para definir o evento acabou por excluir as visões e agendas dos PEDs e a visão ocidental do processo de reforma da ONU foi predominante (Yusuf; Siddiqui; Skareng, 2024, p. 55).

Ainda assim, os PEDs aceitaram os termos da resolução para a realização da Cúpula em setembro de 2024, "como uma demonstração de seu compromisso com o sistema multilateral e a solidariedade global, que é tão necessário nesse momento no qual o mundo está enfrentando múltiplas e sucessivas crises" (United Nations General Assembly, 2022, p. 11, tradução nossa[6]).

De fato, considerando que desde 2005 – por ocasião da comemoração de 60 anos da ONU – não era realizado um evento de alto-nível sobre a reforma da organização e do sistema multilateral, a promessa da Cúpula do Futuro era ambiciosa. Além disso, Guterres mobilizou todo o Secretariado para que a conferência fosse o grande legado de seu segundo mandato como Secretário-Geral, demonstrando maior interesse e comprometimento com o sucesso da mesma do que os próprios Estados-membros. Exemplo dessa liderança foi a realização dos Dias de Ação (*Action Days*) organizados pelo Secretário-Geral nos dias que antecederam a realização da Cúpula do Futuro.

[5] Do original: "(...) propose a Summit of the Future to forge a new global consensus on what our future should look like, and what we can do today to secure it" (United Nations, 2021, p. 5).
[6] Do original: "its commitment to multilateralism and global solidarity, which is most needed at this time, when the world is facing multiple and cascading crises" (United Nations, 2022, p. 11).

ERIS - Defesa e Segurança Internacional
ISSN 2764-9156
2025, VOL. 7, N. 1, p. 1 - p. 12
DOI: 10.5281/zenodo.16894655

Entre 20 e 21 de setembro de 2024, o Secretariado mobilizou diferentes atores no processo de negociações da Cúpula do Futuro, especialmente representantes da sociedade civil, organizações não-governamentais (ONGs), autoridades locais e regionais, setor privado, academia e outras partes interessadas. Mas o grande destaque dos Dias de Ação foi a presença da juventude: dentre os 10 mil participantes, um terço deles tinham menos de 30 anos de idade (United Nations, 2024 a, p. 14). Com o tema "Juventude Liderando o Futuro: Acreditamos na promessa de um mundo melhor para todos", o primeiro Dia de Ação trouxe visibilidade aos esforços do Secretário-Geral em incluir a juventude em seus processos, com a criação do Escritório da ONU para a Juventude e a nomeação do primeiro Subsecretário-Geral da ONU para Assuntos da Juventude.

O clima vibrante da juventude circulando pelos corredores da ONU durante os Dias de Ação foi substituído pelo tom sóbrio e burocrático das sessões plenárias e diálogos interativos da Cúpula do Futuro em si, realizada nos dias 22 e 23 de setembro de 2024. A Cúpula contou com a participação de 4 mil pessoas, entre representantes governamentais e diplomáticos, do sistema ONU e outras organizações intergovernamentais, da sociedade civil, ONGs e outras partes interessadas (United Nations, 2024 a, p. 2).

A primeira sessão plenária da Cúpula foi dedicada à adoção do Pacto para o Futuro, documento final da conferência, que resultou de um processo de dois anos de negociação, com o propósito de renovar o compromisso global com o multilateralismo por meio de ações concretas que visam turbinar ("*turbocharge*", nas palavras do Pacto) a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Adotado por consenso, o documento apresenta 56 ações orientadas a cinco áreas: desenvolvimento sustentável e financiamento; paz e segurança internacionais; ciência, tecnologia, inovação e cooperação digital; juventude e gerações futuras; e transformação da governança global. O Pacto para o Futuro ainda inclui dois anexos: o Pacto Digital Global, um quadro global para superar as desigualdades digitais, de informação e inovação; e a Declaração sobre Gerações Futuras, que apresenta princípios e compromissos para preservar o futuro das pessoas e do planeta (United Nations General Assembly, 2024).

A partir do contexto de definição do escopo e objetivos da Cúpula do Futuro, esse ensaio apresenta a visão das autoras em sua participação como observadoras nos Dias de Ação e na Cúpula do Futuro. Primeiramente, discutiremos a relevância da Cúpula em um contexto de múltiplas crises. Em seguida, descreveremos nossas impressões participando dos Dias de Ação e sobre o processo de adoção do Pacto para o Futuro, com destaque para as dificuldades dos Estados-membros em adotá-lo por consenso. Por fim, traremos reflexões a respeito do processo pós-Cúpula, considerando a comemoração dos 80 anos da ONU em 2025 e os desafios presentes e futuros para resgatar o multilateralismo e a relevância da organização.

ERIS - Defesa e Segurança Internacional
ISSN 2764-9156
2025, VOL. 7, N. 1, p. 1 - p. 12
DOI: 10.5281/zenodo.16894655

A RELEVÂNCIA DA CÚPULA EM UM CONTEXTO DE CRISES

A Cúpula do Futuro adquire uma relevância ainda maior quando consideramos o contexto da política internacional contemporânea, em que três fatores se destacam: a crise do multilateralismo; a crise de credibilidade da própria ONU; e o cenário de urgência imposto pela tripla crise planetária e pelos conflitos internacionais recentes.

A crise do multilateralismo é aqui entendida como a dificuldade, ou a falta de vontade política dos Estados, em resolver ou buscar respostas, coletivamente, para os desafios globais. Lima e Albuquerque (2020, p. 8-11) nos lembram que é insuficiente explicar a crise do multilateralismo sem levar em consideração as mudanças na disputa de poder entre as potências internacionais, sobretudo a partir de 2015 – ironicamente, no mesmo contexto da adoção da Agenda 2030 e o reforço do compromisso com o multilateralismo entre os 193 Estados-membros da ONU. Essas mudanças estão relacionadas a um posicionamento mais expressivo e assertivo de outros países não-ocidentais, como Rússia, China e Índia, no cenário internacional e à consequente perda de poder relativo dos Estados Unidos (EUA) e de países ocidentais europeus, observada desde a crise financeira de 2008.

Como um resultado, ainda que não automático, desse processo, foi observado o aumento de medidas de austeridade e o crescimento de movimentos políticos reacionários, que passaram a deslegitimar a ordem liberal e suas instituições, criadas desde a Segunda Guerra Mundial. Tanto o referendo do Brexit como a primeira eleição de Donald Trump para a presidência dos EUA, em 2016, podem ser interpretadas como um reflexo desse contexto. As eleições de Trump, mais especificamente, representaram, de alguma maneira, a volta do isolacionismo na política externa estadunidense. Fóruns e mecanismos multilaterais foram desacreditados e mesmo abandonados no primeiro governo Trump, ilustrados pelos casos de retirada dos EUA do Acordo de Paris e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

A crise do multilateralismo, no entanto, foi escancarada com a pandemia de COVID-19, em que movimentos protecionistas no acesso às vacinas e a falta de articulação política nos fóruns multilaterais, deixaram evidente a falta de capacidade dos Estados de responder coletivamente a esse novo desafio global. Isso, por sua vez, alimentou a perda de legitimidade e credibilidade do multilateralismo e suas instituições como mecanismos de ação e respostas coletivas. A invasão russa à Ucrânia, em 2022, e a guerra entre Israel e o grupo Hamas, em 2023, também são fatores que somam nessa lista de obstáculos para o multilateralismo, uma vez que reduziram a chance de diálogo entre atores centrais da política internacional e levaram, inclusive, à paralisia de órgãos de tomada de decisão, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

A crise de credibilidade da ONU pode ser compreendida como o desdobramento desse cenário. Trithart e Case (2023) pontuam que é difícil generalizar a ONU e a forma como as pessoas percebem a organização em diferentes regiões, já que muitas pessoas podem associá-la a agências ou programas específicos, ao invés de seus principais órgãos. Ainda

ERIS - Defesa e Segurança Internacional
ISSN 2764-9156
2025, VOL. 7, N. 1, p. 1 - p. 12
DOI: 10.5281/zenodo.16894655

assim, os autores mostram que a atuação da OMS frente à pandemia de COVID-19 e a paralisia do CSNU sobre a guerra entre Rússia e Ucrânia foram fatores que impactaram negativamente a imagem da organização. Contribui para isso a crescente onda de desinformação que também afeta a reputação da ONU, assim como os ataques diretos feitos por representantes de alto nível, como o primeiro-ministro israelense, que declarou António Guterres como *persona non grata* no país. Soma-se a esse movimento a crise financeira da organização, uma vez que o orçamento depende da contribuição dos Estados-membros[7].

A crise do multilateralismo e da própria ONU ocorre em um cenário de emergência por conta da tripla crise planetária (poluição, mudanças climáticas e perda de biodiversidade) e da crise humanitária, intensificadas nos últimos anos. Por um lado, a maior ocorrência de eventos climáticos extremos e a escalada dos conflitos internacionais têm demandado – e irá demandar cada vez mais – ações coletivas. Por outro lado, observamos a intensificação de movimentos conservadores e o crescimento da extrema-direita, ilustrada pela reeleição de Trump nos EUA, reforçando políticas negacionistas e o desmantelamento de fóruns e acordos multilaterais. A consequência disso é um retorno do nacionalismo e do isolacionismo na política internacional.

Foi frente a isso que o secretariado da ONU, junto à sociedade civil, passou a mobilizar esforços para a realização da Cúpula do Futuro como um momento de resgate do multilateralismo e da credibilidade da ONU, ao reunir representantes de Estados, sociedade civil e outras partes interessadas, e colocá-los para assumir compromissos para com o futuro. Da perspectiva da sociedade civil, a demanda era de que a Cúpula do Futuro resgatasse o multilateralismo e o papel da ONU na resolução de problemas globais. Esse foi o espírito observado pelas autoras durante os Dias de Ação. Essa demanda se tornou mais evidente com a falta de engajamento dos Estados-membros na adoção do Pacto para o Futuro, como relatado a seguir.

ENTRE PROTOCOLOS E DISRUPÇÕES: RELATO SOBRE OS DIAS DE AÇÃO E A CÚPULA DO FUTURO

Durante os Dias de Ação, representantes da sociedade civil de diferentes países se reuniram e debateram três temas principais: tecnologia; paz e segurança e desenvolvimento sustentável. A extensa programação contou com uma série de eventos oficiais, organizados pelo Secretariado da ONU; e eventos paralelos organizados por *think tanks*, academia, ONGs, setor privado e representantes da sociedade civil. Os eventos paralelos se demonstraram mais interessantes em termos de formato e diversidade de temas. Enquanto os eventos oficiais seguiram um tom protocolar de discursos, sem um efetivo diálogo ou interação, os eventos paralelos permitiram uma extensa troca de conhecimento e visões em temáticas focadas em

[7] No início de 2024, em um comunicado interno, a ONU informou aos funcionários que a situação financeira era preocupante, já que muitos países deixaram de fazer repasses, e que isso levaria a corte de gastos.

ERIS - Defesa e Segurança Internacional
ISSN 2764-9156
2025, VOL. 7, N. 1, p. 1 - p. 12
DOI: 10.5281/zenodo.16894655

inclusão de pessoas com deficiência, papel da juventude indígena em processo de tomada de decisão, crise climática, inteligência artificial e igualdade de gênero.

O evento paralelo The Road Map through the Summit for the Future: Generating Impact from the Pact for the Future, por exemplo, discutiu formas de implementação do Pacto para o Futuro, já que o rascunho não apresentou linguagem clara sobre mecanismos de revisão. Já o evento Beijing + 30 debateu questões, como direitos sexuais e reprodutivos, eliminação da violência contra mulheres e gênero e desenvolvimento. Aysha Najib, ativista feminista e defensora jovem do UNICEF para os Emirados Árabes Unidos, trouxe para a discussão uma perspectiva decolonial dos direitos das mulheres e a inter-relação entre gênero, justiça climática e espaços decisórios para mulheres em sociedade democráticas.

Nem todos os eventos paralelos apresentaram ideias inovadoras e propuseram a superação de velhos padrões para se pensar desenvolvimento econômico e social. Um exemplo foi a discussão sobre indicadores para além do PIB – Beyond GDP. Ainda que as propostas trouxessem a inclusão de indicadores baseados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como igualdade de gênero, as ideias para se medir indicadores ambientais ainda consideraram a natureza como recurso econômico, ignorando abordagens defendidas por povos indígenas do Sul Global, como a Harmonia com a Natureza.

Os Dias de Ação foram, também, uma oportunidade de compreender a sociedade civil como um grupo heterogêneo e com visões distintas sobre os mesmos temas. Mas, houve espaço para consensos em algumas áreas, como a necessidade de se reformar a ONU, com participação maior e mais significativa da sociedade civil, sobretudo da juventude. Enquanto a sociedade civil atuava como protagonista em Nova York durante os Dias de Ação, os Estados-membros continuavam as negociações do Pacto para o Futuro, da Declaração sobre

ERIS - Defesa e Segurança Internacional
ISSN 2764-9156
2025, VOL. 7, N. 1, p. 1 - p. 12
DOI: 10.5281/zenodo.16894655

Gerações Futuras e do Pacto Digital Global. Nos corredores da ONU, era possível ver diplomatas circulando entre salas de acesso privado e relativamente desconfortáveis com a presença da sociedade civil nos espaços que, tradicionalmente, sempre foram ocupados por representantes de alto nível dos Estados-membros. Em conversas com jornalistas, funcionários da ONU e representantes da sociedade civil, havia dúvidas se o Pacto estaria pronto para adoção na Cúpula do Futuro. Os rumores eram de que um grupo de países (*like-minded group*) havia proposto emendas ao texto quando ele estava praticamente pronto, colocando o consenso em risco.

O clima vibrante dos Dias de Ação contrastou com os dias seguintes, em que o formalismo tomou conta da sede da ONU e os espaços reservados para a sociedade civil foram limitados a um número restrito de representantes. Antes do início da Plenária da Assembleia Geral para a adoção do Pacto para o Futuro, jornalistas tentavam contatar diplomatas de seus países para saber se o documento havia sido emendado no último minuto, já que circulava nos bastidores a falta de consenso entre os Estados-membros em alguns pontos do texto.

O Presidente da Assembleia Geral iniciou os trabalhos introduzindo o rascunho de resolução. Em seguida, chamou o delegado da Rússia para introduzir uma emenda ao Pacto, prática que não é usual em documentos que serão adotados por consenso, como era o caso. Em seu discurso, o delegado russo criticou o rascunho, pois não representava o consenso entre os Estados, mas uma tentativa dos países ocidentais de criar novas obrigações relativas aos ODS. Além disso, a emenda enfatizava o caráter intergovernamental da ONU e o princípio de soberania e não-intervenção nos assuntos internos dos Estados.

Em seguida, a República do Congo, em nome do Grupo Africano, solicitou uma questão de ordem ao Presidente da Assembleia Geral e propôs uma moção de não-ação na emenda da Rússia. Após dois discursos a favor (México e Camarões) e dois contrários (Venezuela e Belarus), a moção foi votada e adotada por 143 votos a favor, 7 contra e 15 abstenções. Com isso, a emenda da Rússia não foi incorporada ao texto do Pacto. O Presidente então procedeu com os trabalhos e o documento foi adotado por consenso, seguido de aplausos tímidos, talvez devido ao "balde de água fria" da emenda russa, que revelou, especialmente, a crise que permeia a organização e o sistema multilateral criado após a Segunda Guerra Mundial.

Apesar das controvérsias, o Pacto para o Futuro logrou estabelecer 56 ações distribuídas em cinco capítulos. O primeiro capítulo – Desenvolvimento Sustentável e Financiamento para o Desenvolvimento – traz alguns desafios imediatos, como dívidas externas e ação climática, e enfatiza a necessidade de se alcançar as metas estabelecidas pela Agenda 2030, como redução da pobreza, educação de qualidade, saúde e proteção social. O segundo capítulo – Paz e Segurança Internacionais – apresenta os graves problemas atuais, como conflitos e crises humanitárias, e reforça compromissos já estabelecidos na Carta da ONU e em resoluções, como proteção de civis em conflitos armados, solução pacífica de controvérsias, combate ao terrorismo e desarmamento. No terceiro capítulo, sobre Ciência, Tecnologia, Inovação e

ERIS - Defesa e Segurança Internacional
ISSN 2764-9156
2025, VOL. 7, N. 1, p. 1 - p. 12
DOI: 10.5281/zenodo.16894655

Cooperação Digital, os Estados afirmam o papel importante da ciência para inovação, desenvolvimento sustentável e combate à mudança climática, além de reforçar a cooperação tecnológica e a pesquisa responsável, de forma a proteger os direitos humanos. O quinto capítulo – Juventude e Gerações Futuras – trata da juventude como agentes de mudança para a paz, segurança e direitos humanos. Por fim, o capítulo cinco – Transformando a Governança Global – apresenta a necessidade de se revigorar o multilateralismo para fazer frente aos problemas atuais e futuros, além de enfatizar a reforma da ONU, com foco no CSNU, no Conselho Econômico e Social (ECOSOC), na Comissão para Consolidação da Paz e na arquitetura financeira internacional.

O Pacto para o Futuro ainda inclui dois anexos: o Pacto Digital Global e a Declaração sobre as Gerações Futuras. O primeiro trata da cooperação para um futuro digital seguro, sustentável e alinhado à promoção dos direitos humanos, por meio da desmilitarização de tecnologias digitais e da governança da inteligência artificial. Também apresenta ações concretas para a inclusão dos princípios de igualdade de gênero nos espaços digitais e o combate à desinformação e à exploração infantil. Já a Declaração sobre as Gerações Futuras afirma o papel dos jovens como agentes de mudança, especialmente para se alcançar a justiça climática. Além disso, enfatiza a inclusão de jovens com deficiência e jovens indígenas e a importância do diálogo e solidariedade intergeracional.

Até 2030, o Pacto para o Futuro se torna o principal guia para as ações dos Estados relativas ao Desenvolvimento Sustentável pelas vias do multilateralismo. Os próximos anos serão dedicados a uma série de conferências sobre a implementação de áreas específicas deste documento, como o financiamento para o desenvolvimento (2025), o acompanhamento do Pacto Digital Global (2027). Além disso, em 2028, está programada a revisão do Pacto para o Futuro, quando os resultados da Agenda 2030 serão avaliados e uma nova agenda para o desenvolvimento pós-2030 será formulada.

80 ANOS DE ONU: A REFORMA DA CARTA PARA RESGATAR O MULTILATERALISMO

A Cúpula do Futuro representou um passo importante na necessidade de readequar a ONU aos desafios atuais e fazer frente à tripla crise planetária. Como afirmado por Guterres na abertura da Cúpula, reformas profundas são essenciais para tornar as instituições internacionais, com destaque para a ONU, mais legítimas, justas e eficazes, pois “desafios do século XXI exigem soluções do século XXI (...), que façam uso da experiência de toda a humanidade” (Guterres, 2024).

A ONU celebrará seu aniversário de 80 anos em 24 de outubro de 2025, data que marca a entrada em vigor de seu tratado constitutivo, a Carta da ONU. Levando em consideração os resultados da Cúpula do Futuro, essa importante data comemorativa aparece como o momento crucial para reformas efetivas do sistema ONU. A sociedade civil é uma força

ERIS - Defesa e Segurança Internacional
ISSN 2764-9156
2025, VOL. 7, N. 1, p. 1 - p. 12
DOI: 10.5281/zenodo.16894655

motriz desse processo em um momento crítico para a organização e os Dias de Ação foram um claro exemplo disso. Na verdade, desde a 69ª Conferência da Sociedade Civil em apoio à Cúpula do Futuro, realizada em Nairóbi em maio de 2024, foram criadas coalizões (*ImPACT Coalitions*) que reuniram ONGs, setor privado, Estados, membros da academia e participantes *ad hoc*. Essas coalizões se fortaleceram nos Dias de Ação e após a Cúpula do Futuro, com claras estratégias para promover as reformas necessárias para fortalecer a ONU e o multilateralismo.

Uma dessas coalizões, a *UN Charter Reform Coalition*, está engajada em pressionar os Estados-membros a iniciar a reforma da ONU por meio de uma revisão e atualização de seu documento basilar, ou seja, a Carta. O Artigo 109 da Carta da ONU prevê que seus Estados-membros podem convocar uma Conferência Geral para revisão do documento conforme necessário, a partir de dois terços de votos da Assembleia Geral e nove votos de quaisquer membros do Conselho de Segurança (Organização das Nações Unidas, 1945, p. 62). Assim, a Coalizão defende que uma Conferência Geral seria necessária para, por exemplo, atualizar a linguagem acordada de 1945, que ainda trata de Estados inimigos, e cobrir lacunas, como no tema das mudanças climáticas e perda de biodiversidade.

É evidente que tal iniciativa enfrentará resistência, especialmente por parte de Estados-membros que buscam manter o *status quo*. Contudo, os esforços para a convocação da Conferência Geral precisam ser liderados pelos múltiplos atores da ONU, principalmente o Secretariado e a sociedade civil, que têm pressionado Estados-membros que já se mostraram mais favoráveis à reforma da Carta[8] (Kuele, 2024). Um caminho para engajamento da sociedade civil é se juntar a UN Charter Reform Coalition[9]. Esses esforços conjuntos são essenciais para que a ONU enfim se atualize e lide com os desafios do século XXI de forma mais legítima, justa e eficaz.

Referências

CHADE, J. Governo Lula condena ataque de Israel a chefe da ONU. *UOL Notícias*, 3 de outubro de 2024. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2024/10/03/governo-lula-condena-ataque-de-israel-a-chefe-da-onu.htm. Acesso em: 30 jan. 2025.

CHADE, J.; SCARAZZATI, L. Crise financeira abala ONU em momento de tensão global e eclosão de guerras. *UOL Notícias*, 30 de janeiro de 2024. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2024/01/30/crise-financeira-abala-onu-em-momento-de-tensao-global-e-eclosao-de-guerras.htm. Acesso em: 30 jan. 2025.

[8] Como foi o caso do Brasil na abertura da 79ª sessão da Assembleia Geral (Organização das Nações Unidas, 2024).

[9] Para integrar os esforços práticos da UN Charter Reform Coalition, seja individualmente ou por meio de instituições, entre em contato por meio do e-mail: info@Article109.org e se inscreva na Newsletter da Coalizão aqui.

ERIS - Defesa e Segurança Internacional
ISSN 2764-9156
2025, VOL. 7, N. 1, p. 1 - p. 12
DOI: 10.5281/zenodo.16894655

GLOBAL GOVERNANCE FORUM (GFF). A Second United Nations Charter: Modernizing the UN for a New Generation. *Global Governance Forum*, 19 de setembro de 2024. Disponível em: https://globalgovernanceforum.org/second-united-nations-charter-modernizing-un-new-generation/. Acesso em: 16 dez. 2024.

GUTERRES, A. Cúpula do Futuro: Adoção do Pacto do Futuro. *Website oficial Nações Unidas Brasil*, 22 de setembro de 2024. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/279298-c%C3%BApula-do-futuro-ado%C3%A7%C3%A3o-do-pacto-do-futuro. Acesso em: 16 dez. 2024.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (IISD). Working With Countries to Move Beyond GDP and Promote Inclusive and Sustainable Development. *Website oficial IISD*, 21 de setembro de 2024. Disponível em: https://www.iisd.org/events/beyond-gdp-summit-of-the-future. Acesso em: 01 fev. 2025.

KUELE, G. What direction for the UN? *SDG Action*, 12 de setembro de 2024. Disponível em: https://sdg-action.org/what-direction-for-the-un/**.** Acesso em: 16 dez. 2024.

LIMA, M.; ALBUQUERQUE, M. *Reordenamento Global, Crise do Multilateralismo e Implicações para o Brasil*. CEBRI & Fundação Konrad Adenauer. Policy Note, outubro de 2020. Disponível em: https://www.cebri.org/media/documentos/arquivos/Papers_KAS2020_3_5_PT_Reordena.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *OMS: "Nacionalismo da vacina vai prolongar a pandemia, não encurtá-la"*. Website oficial das Nações Unidas Brasil, 11 de setembro de 2020. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/90507-oms-%E2%80%9Cnacionalismo-da-vacina-vai-prolongar-pandemia-n%C3%A3o-encurt%C3%A1-la%E2%80%9D. Acesso em: 30 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Carta das Nações Unidas*, 1945. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf. Acesso em: 16 dez. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Lula propõe ampla revisão da Carta da ONU na abertura da Assembleia Geral. *Website oficial Nações Unidas*, 24 de setembro de 2024. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2024/09/1838126. Acesso em: 16 dez. 2024.

PACHECO, C. "É falso que ONU e OMS tenham dito que crianças devem ter parceiros sexuais". *Estadão*, 22 de maio de 2023. Disponível em: https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/onu-oms-criancas-parceiros-sexuais/?srsltid=Af

ERIS - Defesa e Segurança Internacional
ISSN 2764-9156
2025, VOL. 7, N. 1, p. 1 - p. 12
DOI: 10.5281/zenodo.16894655

mBOoqenZX4l7A6TfGAY7H8pJvDr6OXEFJojnDfPs0afWwXsFEEtHLg. Acesso em: 30 jan. 2025.

SANCHES, M. "O que representa Trump cumprir promessa e tirar EUA do Acordo de Paris". *BBC News Brasil*, 4 de novembro de 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50298142. Acesso em: 30 jan. 2025.

STIMSON CENTER. The Road through the Summit of the Future: Generating ImPact from the Pact for the Future. *Website oficial Global Governance Innovation Network*, 21 de setembro de 2024. Disponível em: https://ggin.stimson.org/event/the-road-through-the-summit-of-the-future-generating-impact-from-the-pact-for-the-future/. Acesso em: 02 fev. 2025.

STIMSON CENTER. The Road through the Summit of the Future: Generating ImPact from the Pact for the Future. *Website oficial Global Governance Innovation Network*, 21 de setembro de 2024. Disponível em: https://ggin.stimson.org/event/the-road-through-the-summit-of-the-future-generating-impact-from-the-pact-for-the-future/. Acesso em: 02 fev. 2025.

SUMMIT OF THE FUTURE. *Beijing+30: Achieving Gender Equality, Rights and Empowerment for All Women and Girls*. Summit of the Future Action Days Side Event, 21 de setembro de 2024. Disponível em: https://sdgs.un.org/sites/default/files/2024-10/HQ42_Beijing%2B30_Achieving%20Gender%20Equality%20Rights%20and%20Empowerment%20for%20All%20Women%20and%20Girls.pdf. Acesso em: 01 fev. 2025.

SUMMIT OF THE FUTURE. The Summit offers a once-in-a-generation opportunity for change. *Website oficial Summit of the Future*, 2025. Disponível em: https://summitofthefutureun.org/action-days?_gl=1*14ymdig*_ga*OTM0MTgyOTIzLjE3MzgzMjQ1MDI.*_ga_TK9BQL5X7Z*MTczODM1OTQzMy40LjEuMTczODM1OTczMS4wLjAuMA.. Acesso em: 02 fev. 2025.

TRITHART, A.; CASE, O. *Do People Trust the UN? A Look at the Data*. IPI Global Observatory, 22 February 2023. Disponível em: https://theglobalobservatory.org/2023/02/do-people-trust-the-un-a-look-at-the-data/. Acesso em: 30 jan. 2025.

UNITED NATIONS (UN). *Our Common Agenda – Report of the Secretary-General*. United Nations, 2021. Disponível em: https://www.un.org/en/content/common-agenda-report/assets/pdf/Common_Agenda_Report_English.pdf. Acesso em: 27 jan. 2025.

UNITED NATIONS (UN). Pact for the Future – Summit overview. In: *Website oficial do Summit of the Future*, outubro de 2024 a. Disponível em:

ERIS - Defesa e Segurança Internacional
ISSN 2764-9156
2025, VOL. 7, N. 1, p. 1 - p. 12
DOI: 10.5281/zenodo.16894655

https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/sotf-pact-for-the-future-deck.pdf. Acesso em: 27 jan. 2025.

UNITED NATIONS (UN). *Pact for the Future, Global Digital Compact and Declaration on Future Generations*. Summit of the Future Outcome Documents, setembro de 2024 b. Disponível em: https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/sotf-pact_for_the_future_adopted.pdf. Acesso em: 01 fev. 2025.

UNITED NATIONS (UN). *The 69th United Nations Civil Society Conference in support of the Summit of the Future*. Nairobi, Quênia, 9-10 de maio de 2024 c. Disponível em: https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/nairobi_conference_-_final_report_1.pdf. Acesso em: 01 fev. 2024.

UNITED NATIONS (UN). What is the Summit of the Future? *Website oficial United Nations*, 2024 d. Disponível em: https://www.un.org/en/summit-of-the-future/about. Acesso em: 01 fev. 2025.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). *What is the Triple Planetary Crisis?*. Website official da UNFCCC, 13 de abril de 2022. Disponível em: https://unfccc.int/news/what-is-the-triple-planetary-crisis. Acesso em: 30 jan. 2025.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY (UNGA). *Official meeting record – 102nd plenary meeting*. United Nations General Assembly, 76a sessão, A/76/PV.102, 8 de setembro de 2022, 3 p.m. Disponível em: www.undocs.org/A/76/PV.102. Acesso em: 27 jan. 2025.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY (UNGA). *The Pact for the Future*. Resolution adopted by the General Assembly on 22 September 2024, A/RES/79/1. Disponível em: www.undocs.org/A/RES/79/1. Acesso em: 27 jan. 2025.

VENTURA, D. "O sentido e o impacto da retirada dos Estados Unidos da OMS". *Jornal da USP*, 21 de janeiro de 2025. Disponível em: https://jornal.usp.br/articulistas/deisy-ventura/o-sentido-e-o-impacto-da-retirada-dos-estados-unidos-da-oms/. Acesso em: 30 jan. 2025.

YUSUF, N.; SIDDIQUI, M.; SKARENG, H. From UN75 to the Summit of the Future: the evolution of multilateralism in a contested landscape. *A Better World – Special Edition for the Summit of the Future 2024*. Human Development Forum, Vol. 10, 2024, p. 53-58.